

# Aprovada autonomia do Sarah

*Apesar da pressão dos servidores, o projeto passa na Câmara dos Deputados*

**Luiza Damé**

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o projeto que concede maior autonomia administrativa ao Hospital Sarah Kubitschek, especialmente no gerenciamento dos recursos humanos. Apesar da forte pressão exercida sobre os deputados por entidades ligadas à saúde e aos servidores, contrárias ao que está sendo chamado de "privatização", a proposição foi acatada por ampla maioria — 260 a favor e 97 contra. A redação original do Executivo foi alterada em três pontos pelo relator da matéria, deputado Geraldo Alckmin Filho (PSDB/SP) que, no entanto, manteve as essências da proposta, criando a Associação das Pioneiras Sociais, entidade privada, sem fins lucrativos, para administrar o Hospital.

Segundo Alckmin, a idéia central é preservar uma entidade de ponta, com referência internacio-

nal, de um sucateamento, devido ao regime jurídico único que impede a contratação de pessoal de alto nível, com salários compatíveis, tempo integral e dedicação exclusiva. Exemplificando, ele disse que, no mês passado, o Sarah perdeu 20 profissionais. "Entidades de pesquisa científica e produção tecnológica devem ser tratadas de forma diferenciada", argumentou o deputado. Na sua opinião, o projeto não significa a privatização do Sarah, uma vez que o atendimento continuará sendo gratuito e os bens de propriedade da União.

**Sanção**

O projeto passou pela Câmara e agora tem mais 45 dias para tramitar no Senado Federal, antes de ser sancionado pelo presidente Fernando Collor. As modificações aprovadas pela Câmara incluem a realização de concurso para contratação de pessoal, licitação pública,

alteração do mandato dos conselheiros de seis para dois e quatro anos e inclusão de representantes do Conselho Federal de Medicina, do Conselho de Secretários de Saúde e dos funcionários no conselho administrativo. Apesar de serem contratados por concurso os funcionários não terão vínculo com o Governo Federal e não poderão ter outro emprego.

Após a sanção do projeto, o Sarah passará a ser administrado pela Associação das Pioneiras Sociais, através de contrato de gestão com o Ministério da Saúde, que fiscalizará a aplicação do plano de atividades. A administração dos recursos repassados pela União será fiscalizada anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A direção do Hospital estará a cargo do Conselho de Administração (com 24 membros) e da diretoria (com quatro cargos) eleita por cinco anos, pelo Conselho.